ISSN 2237-258X

DAS ESCOLAS RURAIS ÀS ESCOLAS URBANAS: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM CAARAPÓ/MS (1921-1971)

Of rural schools to urban schools: The Institutionalization of primary education in Caarapó/MS (1921-1971)

De escuelas rurales para escuelas urbanas: la institucionalización de la educación primaria en Caarapó/MS (1921-1971)

Juliana da Silva Monteiro[*]

Maria do Carmo Brazil[**]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo principal investigar o processo de institucionalização do ensino primário no interior do sul do antigo Mato Grosso, mais precisamente, no município de Caarapó, incidindo sobre o contexto das instalações de suas primeiras escolas rurais e urbanas, com suas configurações e os meandros das práticas socioculturais da região. Trata-se de um trabalho de natureza bibliográfica, documental e memorialística, ancorado nos aportes teóricos e metodológicos da Nova História Cultural e que se compromete em deslocar a atenção da história dos grandes centros urbanos e dos grandes acontecimentos, para a reconstrução da história da educação e historiografia do interior de um estado do Centro-Oeste do país.
.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino primário. Escolas rurais. Escolas urbanas.

Abstract

This article aims to investigate the process of institutionalization of primary school within the south of the old Mato Grosso, more precisely, in the municipality of Caarapó, focusing on the context of its facilities first rural and urban schools, with their settings and the intricacies of cultural practices in the region. It is a work of bibliographical, documentary and memoirs, anchored in the theoretical and methodological contributions of the New Cultural History and is committed to shift the attention of the history of the great urban centers and major events for the reconstruction of the history of education and historiography of the inside of a state in the Midwest of the country

KEYWORDS: Primary education. Rural schools. Urban schools.

[*] Mestre em Educação pela UFGD. Endereço: Rua Euclides Serejo Baptista, n.º366 – Centro. CEP: 79940-000 Caarapó/MS. Telefone: (67) 3453-1037. E-mail: jumonteiro_psi@hotmail.com.

[**] Doutora em História Social pela FFLCH/USP. Docente titular na Universidade Federal da Grande Dourados (FAED/UFGD). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. Endereço institucional: Rua João Rosa Goes, 1761, Vila Progresso Caixa Postal - 322 CEP: 79.825-070 Dourados/MS. E-mail: mc.2708@hotmail.com

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo investigar el proceso de institucionalización de la escuela primaria en el sur del Mato Grosso, más precisamente en el municipio de Caarapó, centrándose en el contexto de instalaciones de sus primeras escuelas rurales y urbanas, con sus ajustes y las complejidades de las prácticas culturales de la región. Es un trabajo de referencias bibliográficas, documentales y memorias, anclado en los aportes teóricos y metodológicos de la Nueva Historia Cultural y se ha comprometido a cambiar la atención de la historia de los grandes centros urbanos y grandes eventos para la reconstrucción de la historia de la educación y la historiografía del interior de un estado en la región central del país.

.

PALABRAS CLAVE: Educación primaria. Escuelas rurales. Escuelas urbanas

INTRODUÇÃO

A Proclamação da República em 1889 consolidou um novo tempo da história brasileira, tempo este marcado pela busca do ideal de progresso e de modernização da nação. O governo durante as três primeiras décadas do regime republicano seguia privilegiando as atividades agrícolas em detrimento do significativo crescimento da produção industrial. No entanto, o processo de urbanização e industrialização, iniciado na década de 1930, determinou a participação de novos segmentos sociais, econômicos e ideológicos, porta-vozes dessas mudanças. Esse cenário marcou também o início de uma nova forma de se pensar e interpretar o país, inserida nesse contexto, a educação é legitimada como instrumento privilegiado para romper com o passado de atraso e formar o novo cidadão republicano. Desse projeto surgem os Grupos Escolares com o desafio de reinventar o ensino primário.

Os Grupos Escolares se constituíram como escolas graduadas, urbanas e com um modelo inovador de organização, ensino e cultura escolar primária. Em Mato Grosso, esse modelo foi implantado em 1910, pela Reforma Pedro Celestino e se expandiu de diferentes formas nos diversos contextos regionais do Estado. O presente artigo discute os caminhos percorridos pela escola primária em Caarapó, atravessando as vicissitudes de seu contexto regional, permeado pela intersecção entre uma cultura rural e urbana em ascensão, pelos conflitos políticos e divisionistas do Estado, pela organização de sua população e pelos próprios desafios de uma jovem cidade interiorana no século XX. O recorte temporal deste trabalho compreende o ano de instalação da primeira escola do município em 1921 a 1971, ano da Reforma do Ensino proposta pela LDB n.º5.692 de 11 de agosto de 1971.

As escolas provisórias e os "professores ambulantes"

As relações sociais, políticas e culturais mais amplas interferem nas condições cotidianas da escola e de uma região, e esta cotidianidade repercute na própria sociedade, o que Certeau (1998) entende como um processo de socialização que relaciona o homem ordinário ao grupo, num engendramento de personalidades, capacidades e comportamentos

que se misturam em disputa por traços identitários, formando uma marca que transforma o espaço – seja ele geográfico, geométrico, variável no tempo – em lugar simbólico.

Para compreender o processo de institucionalização do Ensino Primário no interior do sul do antigo Mato Grosso é pressuposto básico perpassar pela organização de sua população e o diversificado universo cultural, geográfico, social e político que a permeava. Logo, este trabalho não poderia deixar de fazer referência ao Ciclo da Erva-mate que influenciou de forma substancial a ocupação do sul do antigo Mato Grosso no início do século XX, abrindo centros populacionais, frentes de ensino e fazendo surgir povoados que se tornaram cidades como: Ponta Porã, Porto Murtinho, Bela Vista, Itaporã, Dourados, Caarapó, Amambaí, Naviraí, Rio Brilhante, Aral Moreira, Itaquiraí, Tacuru, Caracol, Jateí, Iguatemi, Ivinhema entre outros.

Caarapó ilustra muito bem a típica cidade interiorana localizada no extremo sul do antigo Mato Grosso e que expressa no próprio nome a linguagem do erval e a influência do ciclo da erva-mate sobre a sua origem e desenvolvimento. O significado do nome de Caarapó vem do Guarani: Caá que significa erva-mate e Rapó que significa raiz. Isto traduz o nome do município para raiz da erva-mate.

A então Vila de Caarapó surgiu inicialmente como lugar de parada e descanso de tropeiros e carreteiros que transportavam erva-mate rumo a Nioaque, Bela Vista, Aquidauana, Miranda, Ponta Porã, Porto Murtinho e Concepcion, no Paraguai. O povoamento da região foi iniciado pelos trabalhadores dos ervais, sobretudo, da Companhia Mate Laranjeira. Teve como fundador os paraguaios Nazário de Leon e Manoel Benites entre 1900 e 1927, embora, diga-se de passagem, fosse habitada por tribos indígenas dos Guaranis Kaiowás que se estabeleceram em seu território há mais de 3.000 anos a.C.

Nesse contexto histórico, em Caarapó, o acesso ao ensino primário era precário e privilégio de poucos. Segundo o historiador local, Ramão Vargas de Oliveira (1988), entre 1880 a 1915 não havia Escolas Estaduais, nem Municipais e muito menos Federais. O que existia, e muito precariamente, eram pessoas que se dispunham a dar aulas particulares, em casas de famílias, no qual ensinavam matemática, leitura e escrita. Um galpão, ou uma sala ociosa da casa era o suficiente para isso.

Na maioria das vezes, também era comum o ensino acontecer na casa dos pais ou de algum parente próximo, sendo a educação das meninas diferente da dos meninos. De acordo com Oliveira (1988), a partir de 1920, começaram a aparecer os "professores ambulantes", que permaneciam por um ou dois anos nas fazendas, local em que se instalavam escolas provisórias e convidavam a "criançada" da região. Era realizada uma espécie de matrícula, cobrava-se uma taxa e a aula ficava distribuída em duas turmas, uma pela manhã e outra pela tarde. Os alunos vinham a pé, outros a cavalo; as meninas raramente frequentavam a escola, geralmente eram educadas no lar, no qual aprendiam a arte de cozinhar, coser, lavar, passar, bordar, tirar leite e lidar com o gado nos currais.

Esse tipo de ensino que ainda predominava em Caarapó no início do século XX, nos remonta às escolas domésticas, casas de escola e escolas de improviso que eram típicas no Brasil do século XVIII e XIX, descritas por Faria Filho e Vidal (2000):

> [...] tem-se indícios de que a *rede* de escolarização doméstica, ou seja, do ensino e da aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas, sobretudo daquela primeira, atendia um número de pessoas bem superior à rede pública estatal.

> Essas escolas, às vezes chamadas de particulares, outras vezes de domésticas, ao que tudo indica, superavam em número, até bem avançado o século XIX, àquelas escolas cujos professores mantinham um vínculo direto com o Estado. Em que espaço elas funcionavam? *Grosso modo* pode-se dizer que tais escolas utilizavam-se de espaços cedidos e organizados pelos pais das crianças e jovens aos quais os professores deveriam ensinar. Não raramente, ao lado dos filhos e/ou filhas dos contratantes vamos encontrar seus vizinhos e parentes. O pagamento do professor era de responsabilidade do chefe de família que o contratava, em geral um fazendeiro. (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.21).

Não havendo acesso à escola pública para todos, segundo Oliveira (1988), em Caarapó, na sua totalidade, as pessoas de melhores posses, os fazendeiros e comerciantes, mandavam seus filhos para o Rio Grande do Sul, em cidades como Porto Alegre, Santo Ângelo, ou São Leopoldo, para que assim pudessem se formar. Os outros ficavam com seus filhos analfabetos ou recorriam aos "professores andarilhos" ou voluntários.

Esses professores chamados de andarilhos e voluntários são descritos e representados pelo historiador Oliveira (1998) de modo peculiar:

> Desses mais antigos, neo-professores, nos vem à memória: Tio Lulu, homem culto, paciencioso. Tio Antérico de Oliveira; Dona Florinda Dias, mulher bastante enérgica, porém de uma sábia inteligência, dotada de grandes conhecimentos, e Dona Fortunata, mulher de Tio Dinarte Maciel, que lecionou em sua casa. (OLIVERIA, 1988, p.83).

Foi no ano de 1921, que começou a funcionar pela primeira vez em Caarapó, por iniciativa particular, uma escola na Fazenda São Domingos. "Lá, na fazenda, esta casa, uma tapera, um rancho abandonado". (OLIVEIRA, 1988, p.83).

De acordo com Oliveira (1988), a partir de 1920 vários "andarilhos" de renome passaram por São Domingos para lecionar, como Leosbino, que figura como o primeiro professor particular de Caarapó. Depois de Leosbino, apareceu em Caarapó Ramon Mangini, filho do primeiro professor de Ponta Porã, Júlio Alfredo Mangini. Ramon Mangini foi o primeiro professor, nomeado pelo Estado, para lecionar na Vila de Caarapó. Lecionou de 1927 a 1932. Nessa ocasião, entre 1927 a 1930, foi construída a primeira escola na Vila de Caarapó, ou seja, no pequeno núcleo urbano. "A primeira Escola, uma casa velha de madeira, coberta de tabuinhas, foi construída, em 1927, com a madeira da Escola da Fazenda São Domingos". (OLIVEIRA 1988, p.83).

No final da primeira República (1889-1930), esse era o retrato da escola interiorana dedicada ao ensino em Caarapó, num contexto em que a escola era que tinha que se adaptar ao tempo, espaço e contingências da vida cotidiana das pessoas e da realidade da região. Nesse cenário, segundo Souza (2009), os defensores da Escola Rural advogavam pela necessidade do reconhecimento da diversidade rural e urbana, criticando um modelo único de escola concebido nos moldes de uma escola citadina. Clamavam por uma Escola Rural de qualidade que pudesse contribuir para a fixação do homem no campo, imbuídos na crença das vantagens da agricultura como alternativa para o desenvolvimento do país. Era preciso romper o isolamento e as dificuldades de comunicação do meio rural, que fosse capaz de incorporar de uma vez por todas o interior e a zona rural à nação, dando-lhe o mesmo grau de cultura que almejavam para os meios urbanos e o litoral.

Mas o governo republicano estava engessado diante de tantos problemas e demandas educacionais. De acordo com Sousa (2003) o projeto republicano queria formar um homem novo, seguidor dos interesses da Pátria. Porém, a escola desejada requeria a proliferação de uma rede de ensino que estava diretamente ligada à sua condição de investimento e na expansão de prédios escolares públicos e de instrução gratuita. Mas nos albores da República, essa realidade estava inviabilizada, pelo menos para as regiões mais afastadas dos centros urbanos. Assim, a difusão de um Estado republicano moderno e laico estava atravancada pela própria ineficiência do Estado em criar um sistema educacional popular e eficaz.

A partir da década de 1930, com um golpe militar Getúlio Vargas toma o poder da Presidência do Brasil em 03 de novembro de 1930, inaugurando o período denominado *Era Vargas* (1930-1945). Em 1930 cria o Ministério da Educação e Saúde Pública, que passa a cuidar de assuntos pertinentes a saúde, esporte, meio ambiente e educação. Em seguida, é constituída em 1931 a Reforma Educacional Brasileira, sob o comando do então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos. Considerada como a primeira reforma educacional de caráter nacional, também ficou conhecida como Reforma Francisco Campos.

Neste período, a educação brasileira também vivenciava a efervescência do movimento denominado de *Escola Nova*, que se fortaleceu na década de 1930 e provocou impactos na cultura escolar brasileira por mais de três décadas, após a divulgação do "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova" em 1932. Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, laica, obrigatória e gratuita, capaz de combater as desigualdades sociais da nação. A Escola Nova pretendia desmontar a política educacional construída na Primeira República (1889-1930), no qual a oportunidade de acesso à escola e ao ensino de qualidade ficava praticamente restrita a uma pequena parcela da sociedade, ao passo que a grande massa popular era formada apenas para trabalho.

Em Mato Grosso, sob o regime revolucionário, o estado e o setor do ensino assistiram a constantes sucessões de interventores, até que, com a constitucionalização do país em 1934 foi levado à Presidência do Estado Mário Corrêa da Costa e eleito à Presidência do Brasil Getúlio Vargas. Com a nova Constituição Federal de 1934, a educação passou a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos.

O governo constitucional perdurou até 1937, em virtude de outro golpe de estado articulado por Vargas meses antes da eleição presidencial. Deste modo, a 10 de novembro de 1937, Vargas decretou o denominado *Estado Novo* (1937-1945). Assim, outros interventores federais assumiram o governo em Mato Grosso, porém, até o governo do interventor Júlio Strubing Müller houve poucos fatos de interesse para o ensino que mereçam ser assinalados. No governo de Júlio Müller começa:

> Um dos mais eficientes de quantos se processaram no Estado, a expansão do Ensino Primário em Mato Grosso. É digno de nota constatar-se que só de uma feita, pelo Decreto n.º53, de 18 de abril de 1941, cria Julio Muller cem escolas de instrução primária. Ficariam essas escolas, mais tarde, conhecidas pelo nome de 'as Presidentes Vargas', [...]. Disseminando escolas primárias pelos mais afastados centros rurais do Estado. (MARCÍLIO, 1963, p.163-64).

Todavia, muitas regiões do interior do sul do estado ainda enfrentavam o dilema dos "vazios demográficos" (RICARDO, 1970, p. 630) ou dos "confins" geográficos da Nação, entendidos à luz das descrições de Queiroz (2003) como "sertão", este caracterizado pela vastidão territorial; situação fronteiriça; grande distância dos centros dirigentes brasileiros; precariedade das vias de comunicação existentes no interior e os ditos centros; população não-indígena diminuta e dispersa; estrutura fundiária marcada pela grande propriedade. Estudos mais atuais como os realizados por Mary del Priori e Renato Venâncio (2006, p. 13-14) mostram que o mundo rural, seus homens em suas relações sociais, suas instituições, suas técnicas, animais e espécies que impregnam seu cotidiano seguem em boa parte ignorados. Poucos estudiosos de fato têm se debruçado sobre o destino dos lavradores, a vida comunitária, a terra e suas conformações sociais. São exíguos os estudos que tentam iluminar a variedade de modos de vida e de representações sobre o universo rural da parte sulina de Mato Grosso. Importa, portanto, lançar luz sobre esta história social e cultural sobre a dinâmica do universo rural, considerando os movimentos dos agentes sociais e políticos, suas ações, olhares e vida material.

Melo e Silva (1939), foi enfático ao dizer que o problema do povoamento da região sul de Mato Grosso ainda era inadiável e deveria ser realizado em condições propícias, dando assistência àqueles que viviam na região, principalmente com aumento de escolas primárias obrigatórias e, sobretudo, com método de ensino e escolha de professores para ministrá-lo.

Foi assim que, entre 1939 e 1940 Vargas lançou a chamada *Marcha para o Oeste*, programa de estratégia geopolítica que tinha como objetivo promover a expansão territorial do Centro-Oeste e a integração do Brasil como nação, mediante o desenvolvimento agrícola e a colonização do interior e das regiões de menor densidade populacional. O programa gerou uma série de medidas no sul do antigo Mato Grosso, uma delas relacionou-se com a criação do Território Federal de Ponta Porã, que pôs fim ao domínio e a concessão de terras da Companhia Mate Laranjeira. Somando-se a isso, ao longo da década de 1940, a crise ervateira se agravou ainda mais quando a Argentina proibiu a importação da erva brasileira, devido impasses políticos e comerciais entre os países.

No interior do sul do antigo Mato Grosso, o início da segunda metade do século XX, mais precisamente o ano de 1950 foi um período de intensas transformações na região. Paulatinamente o projeto "Marcha para o Oeste" foi obtendo bons resultados, um deles foi a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e demais colônias agrícolas estaduais e municipais, que acenavam para o advento da agricultura e novas possibilidades para a instabilidade econômica da região gerada pela crise ervateira.

Nesse limiar de tempo, Caarapó que havia recém-saído do Ciclo da Erva-mate (1915/1918-1945), encontrava-se numa fase de entrave econômico, vindo a se restabelecer com o Ciclo do Café, responsável talvez por uma tardia e efetiva "Marcha para Oeste", ou quem sabe, uma "Marcha para Caarapó". Contribuiu para esse empreendimento o italiano Geremia Lunardelli, conhecido nacionalmente como o "Rei do Café".

A escola chega ao interior

A década de 1950 se constituiu como divisor de águas para Caarapó, com maior desenvolvimento econômico, expansão populacional e outras possibilidades, dentre elas o acesso às escolas rurais e urbanas. A imprensa e os meios de comunicação publicavam matérias entusiasmadas sobre a região. O jornal "O Douradense" em sua 15.ª edição de 27

de junho de 1950 publicou em sua capa o título: "Novo clarão de luz..." e "Geremia Lunardelli estende as suas lavouras ao Estado de Mato Grosso".

> Geremia Lunardelli, cognominado 'O Rei do Café' [...] para a felicidade de todos e de um Brasil melhor, mais farto e produtivo, resolveu radicar-se aqui e para isso comprou terras, grande área de terras, especialmente para o plantio do cafeeiro, no Distrito de Caarapó, neste município. Diante dessa realização de vulto, é de prever-se o progresso vertiginoso e rápido, não só do Distrito de Caarapó, como de toda região circunvizinha. [...] Nas terras que adquiriu, situadas no distrito de Caarapó, informa-se que o comendador Lunardelli pretende formar uma lavoura cafeeira de um milhão de pés de café, possibilitando o trabalho a centenas de colonos. Diante dessa realização de vulto, bem fácil é avaliar-se o progresso rápido que desenhará em toda região do Planalto Amambaí, pois o prestigio do destacado desbravador de sertão de há muito se tornou conhecido em todo país. (O Douradense, 27 de junho de 1950).

Foi sob esse clima de entusiasmo e progresso, que Caarapó foi se transformando e atraindo cada vez mais famílias de migrantes. Com efeito, surgiram inúmeras colônias, como Caarapózinho, Engenho Velho, Conchita-Cuê, Saydju, Café Porã, Liberal, São Lourenço, Cristalina, entre outras. Com as colônias e comunidades agrícolas, logo foram sendo construídas e expandidas escolas rurais, escolas de núcleo coloniais e escolas reunidas para atender a demanda da zona rural. Estas escolas eram responsáveis pela aprendizagem das primeiras letras, ou melhor, da leitura, da escrita e do cálculo, com o ensino voltado para o trabalho agrícola e centrado na vida familiar.

O progresso em Caarapó acompanhou os efeitos da Marcha para o Oeste e os rastros do café. Porém, com uma população essencialmente rural, nem sempre o discurso hegemônico que defendia o progresso pela via da urbanização podia ser assimilado facilmente. Nesse caso, a efetivação de um projeto civilizador dependia em grande parte de uma reforma intelectual da população, o que implicava empreender esforços para legitimar uma ordem social capaz de nacionalizar os imigrantes estrangeiros, estimular a valorização do ensino, educar as massas, alfabetizar uma legião de analfabetos, bem como viabilizar melhores condições de vida não somente na cidade, mas também no campo.

Contudo, se no discurso nacional a típica escola urbana (Grupos Escolares) surgia como proposta de substituição das representações de escola e do mundo rural e doméstico, em prol de uma cultura urbana e moderna, capaz de reformar o homem para o progresso e fundar uma nova sociedade, por outro lado, em Caarapó este discurso foi acompanhado pelas especificidades de um cenário alicerçado entre o campo e a cidade, entre o paradoxo do meio rural enquanto fonte de sustento e progresso e ao mesmo tempo de atraso e miséria como ilustra as próprias escolas rurais nas **figuras 1** e **2**.



Figura 1: Escola Rural Municipal Engracia Cuê, 1970 – Caarapó.
Fonte: Arquivo do Museu Municipal de Caarapó/MS.



Figura 2: Escola Rural Municipal Porto Novo, 1970 – Caarapó.
Fonte: Arquivo do Museu Municipal de Caarapó/MS.

Sobre esse contexto, Reis (2006) entende que a estrutura organizacional da Instrução Pública de Mato Grosso se constituía mediante uma nítida divisão entre o ensino primário ministrado nas escolas isoladas, rurais e urbanas, escolas reunidas e nos grupos escolares. Essa caracterização preliminar revela um tratamento hierárquico dispensado a cada uma dessas escolas. Essa escala foi concebida pelas diferenças das condições materiais da escola, da formação dos professores, dos tipos de orientação e fiscalização a que estava submetida.

Assim, as piores condições, conforme as falas oficiais estavam localizadas nas escolas isoladas, sobretudo, as rurais, sendo elas objetos de preocupação constante nos Relatórios de diretores e inspetores.

> Nas zonas rurais, o que existia de escolas – cedidas gratuitamente ao Estado não passa geralmente de simples telheiros, sem paredes, 'puxados' rústicos, espremidos em reduzidas áreas. Dificilmente podem ser chamadas escolas, na acepção legítima da palavra, porque lhes faltam todos os requisitos pedagógicos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (MES) / INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP), 1949, p. 06).

Sob a efervescência dos debates pela democratização do ensino na década de 1950, que denunciava as mazelas de muitas escolas primárias, um novo conceito de escola suscitava no país, isto é, o da escola básica. Renovar a escola e romper com seus ideários suntuosos significava antes de qualquer coisa, garantir o acesso a uma grande parcela da população espalhada pelos interiores e sertões brasileiros.

Concomitantemente, em 1950, com a eleição presidencial brasileira, Getúlio Vargas foi eleito para o seu segundo mandato e pela primeira vez com o voto direto. A partir desse ano o Brasil vivenciaria o auge do populismo e o sul do antigo Mato Grosso passaria a experimentar os efeitos dessa política expansionista.

Nesse período, Caarapó começava a dar sinais de que caminhava em direção a significativas transformações nos aspectos sociais e econômicos, motivadas pelo desenvolvimento do comércio, a expansão demográfica e as reformas urbanísticas, que visavam higienizar o seu espaço urbano com a abertura de avenidas centrais, praça, ruas, canteiros e espaços de lazer. Essa nova cultura que despontava carecia também de investimentos para a escolarização da população, enfim, de abertura de escolas urbanas.

É assim que, finalmente, em 1950 foi criado em Caarapó o seu primeiro Grupo Escolar. A criação da escola foi uma reivindicação enviada pelos moradores, dentre eles, muitos provenientes de outros estados em que a escola pública institucionalizada já era uma realidade para os seus filhos. A princípio, a instituição nasceu da reunião das escolas isoladas existentes, funcionando inicialmente em uma casa de madeira enquanto Escolas Reunidas, conforme o seu decreto de criação:

> O Decreto n.º879 de 22 de fevereiro de 1950 cria Escolas Reunidas na vila de 'Caarapó', município de Dourados com a denominação de 'Tenente Aviador Antônio João'. O Governador do Estado de Mato Grosso, tendo em vista a representação que lhe dirigiram os habitantes da vila 'Caarapó', município de Dourados, no sentido da criação, ali de Escolas Reunidas com a denominação de Tenente Aviador Antônio João, e usando da atribuição que lhe confere o artigo 33 da Constituição do Estado, decreta: Artigo 1º – São criadas na vila de Caarapó, município de Dourados, com a denominação de Tenente Aviador Antônio João, as Escolas Reunidas, formadas pelas escolas isoladas ali existentes, nos termos do artigo 19.º do Decreto n.º759 de 22 de abril de 1927. (MATO GROSSO, Decreto n.º879 de 22 de fevereiro de 1950).

A partir de 1954, a escola finalmente ganhou um prédio próprio, construído especificamente para a escolarização. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João foi construído sob o ideal dos requisitos essenciais fixados pelo governo para facilitar e ampliar o ensino primário. Tratava-se de uma construção simples e modesta, que reunia as características mínimas e menos onerosas para atender melhor as demandas do interior.

Contudo, apesar de ser distante de qualquer associação com os suntuosos palácios dos grupos escolares implantados nos grandes centros urbanos – paradigma da ascensão republicana – mas mantendo o seu significado e representação, do ponto de vista da realidade caarapoense, o Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João era um verdadeiro templo do ensino, um palacete, mais do que isso, simbolizava a "escola de verdade" chegando ao interior.

Erigido na região central, o grupo escolar mudou a paisagem e a cultura urbana de Caarapó, que na época era formada por construções simples e de madeira, ou como os moradores da época diziam, "pequenos ranchinhos"; não dispunha de água encanada e nem energia elétrica, e que passou a contar com uma construção considerada moderna, além de ser o primeiro prédio público de alvenaria daquele porte na cidade, **figura 3**.



Figura 3: Fachada do Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João, 1959.
Fonte: Arquivo da Escola Estadual Tenente Aviador Antônio João. Caarapó/MS.

A partir da inauguração do novo prédio pode-se enfim, institucionalizar o ensino graduado, com salas de aula exclusiva para cada série do primário, com turmas homogêneas sob a tutela de um único professor; pode-se instituir pela primeira vez em Caarapó, o cargo de Diretor. Além disso, a escola passou a contar com melhores

ambientes, mobiliários e materiais didáticos. O espaço escolar assim constituído reforçou a identidade da escola enquanto instituição sociocultural.

Segundo Faria Filho (2000), o grupo escolar não é apenas tomado como instituição modelar que sintetiza expectativas pedagógicas e políticas de racionalização e modernização social e educativa. Ele é também signo e dispositivo de conformação de uma cultura urbana. O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João aparece como peça central do investimento político na estratégia de registrar a marca de um novo período, o da República Nova em que o Brasil estava em pleno processo de industrialização, modernização e urbanização. Nessa linha de considerações, o grupo escolar deveria destacar-se na cidade como lugar que demarcasse uma espécie de ruptura com o passado, fazendo dela um lugar de instauração e consolidação de um modo de vida moderno, justamente por ser urbano.

Gradativamente, o Grupo Escolar foi fazendo parte da dinâmica de Caarapó, que depois de pertencer a Dourados foi desmembrada e elevada à categoria de município, ainda no Governo de João Ponce pela Lei Estadual n.º1.190, de 20 de dezembro de 1958.

Sob este prisma, o Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João, atuando como o primeiro e o único Grupo Escolar de Caarapó foi se firmando como um referencial de ensino, construindo na cultura urbana uma representação de escola modelo. Ao longo do seu funcionamento, novas demandas e desafios foram emergindo para a área da educação caarapoense, como a necessidade de formação dos professores, a ampliação da escola, a abertura de escola ginasial para dar sequência aos estudos dos alunos que completavam o primário dentre outras.

> A partir de 1964, um esforço muito grande foi feito para melhorar o nível do ensino em Caarapó. Foram realizados cursos de férias, treinamentos especiais, encontros, pesquisas, recenseamentos e busca de professores em outros Estados da Federação. (OLIVEIRA, 1988, p.89).

Nesse período, com o Golpe de 1964, instalou-se no Brasil o Regime Militar (1964-1985). Em Caarapó, destacamos a administração do prefeito Armando Campos Belo (1967-1970) do Partido Arena, que teve como destaque de seu governo a expansão do número de escolas e matrículas escolares.

Na sequência, foi eleito pelo Partido Arena, em 15 de novembro de 1969 o Prefeito Nilson Lima (1970-1973). É de seu governo a construção de obras urbanas que se perpetuaram em Caarapó. Nilson Lima foi responsável pela construção de inúmeras escolas, muitas delas, em parceria com o Exército Nacional; a implantação do MOBRAL com assinatura de Convênio em 1972; do Ensino Supletivo e a implantação da linha de ônibus para transporte de estudantes para cursar outros níveis de ensino em Dourados. Em 1970, ele firmou Convênio com o Governo do Estado para efeito de manutenção e administração do ensino primário, em que o governo municipal passou a ser responsável pelas escolas rurais de Caarapó. Assim, ficou definido que:

> CLÁUSULA PRIMEIRA – O Estado se obriga a administrar e manter tôdas as Escolas Públicas situadas nas sedes dos Distritos, e a Prefeitura Municipal, em iguais condições, às situadas fora das sedes dos Distritos, durante o ano letivo de 1970. (TERMO DE CONVÊNIO, 1970. Arquivo da Delegacia Regional de Ensino de Dourados. CDR – UFGD).

Como primeira providência, se iniciou na Administração de Nilson Lima, um importante "Levantamento de Escolas Primárias Rurais do Município de Caarapó", como parte do Plano Integrado de Desenvolvimento Social, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Caarapó e a ACARMAT (Associação de Crédito e Assistência Rural de Mato Grosso) em novembro de 1970. Esse levantamento permitiu mapear toda a rede de ensino caarapoense, tanto da zona rural, urbana e distritos, descortinando muitas de suas mazelas, dentre elas, a precariedade dos prédios escolares e a imensa legião de crianças em idade escolar fora da escola.

Nesse período, a nova base da economia caarapoense emergiu da extração e comércio de madeira. A Fase Econômica da Madeira (1966 a 1978) foi responsável pelo maior índice de expansão demográfica e urbana da história do município, que atraiu não somente novos moradores e investidores, como promoveu o processo do êxodo rural e de novas configurações na cidade e na cultura urbana. Segundo Oliveira (1988), Caarapó chegou a ter 45 serrarias ou madeireiras na cidade. Em fins de 1968, Caarapó registrou uma população de mais de 46 mil habitantes, sendo que destes, metade já estava na cidade.

Durante o crescimento demográfico e a expansão da cidade gerada pelo ciclo da madeira, cresceu também o número de crianças urbanas em idade escolar e sem escola primária. Em 1970, somente na sede do município havia 1.898 crianças em idade escolar. Dessas, apenas 748 frequentavam a escola. (Fonte: Levantamento de Escolas Primárias Rurais do Município de Caarapó. Relatório do Supervisor de Ensino, 1970, p.18. Arquivo do Museu Municipal de Caarapó).

Em novembro de 1970, Caarapó possuía 49 Escolas Rurais; 03 Escolas Reunidas localizadas nos Distritos: Escolas Reunidas Padre José de Anchieta em Cristalina, Escolas Reunidas de Vila Juti em Juti e Escolas Reunidas Frei João Damasceno em Nova América. Na sede possuía 01 Grupo Escolar: Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João com 701 alunos. E 01 Ginásio: Ginásio Estadual de Caarapó com 164 alunos. (Relação das Escolas - Delegacia Regional de Ensino de Dourados, 1970. Arquivo da DRE/Dourados. CDR – UFGD). Com a Reforma do Ensino proposta pela LDB n.º5.692 de 11 de agosto de 1971, os grupos escolares foram extintos formalmente no Brasil e a escola primária foi dissolvida em Ensino de 1.º Grau, instaurando mudanças decisivas para o funcionamento e práticas educativas dessas modalidades de escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Caarapó, até o final dos anos 1950, a rede escolar do município era predominantemente rural. As escolas rurais, em sua maioria na modalidade de escolas isoladas e reunidas eram caracterizadas pela carência e precariedade, porém, configuraram-se como únicas alternativas de escolarização diante da lenta expansão dos grupos escolares na região. Graças ao funcionamento dessas escolas rurais que foi possível a viabilização da instrução primária para muitos alunos espalhados pelo imenso território mato-grossense. Nelas, o curso primário tinha uma duração menor e programas mais simplificados e pouco controle da frequência escolar. Faltavam prédios apropriados para as escolas, que funcionavam em casebres improvisados, de madeira, com telhado de sapé, pouca iluminação e raríssimos suportes pedagógicos. A disparidade entre os investimentos e

condições de vida na zona rural e urbana refletidas nas escolas, davam indícios de um iminente êxodo rural, ou de uma forçosa expulsão do homem do campo para a cidade.

Na verdade, em Caarapó existia uma espécie de justaposição, uma fronteira tênue entre a zona urbana, a zona rural urbana e a zona rural. Esse contexto marcou intimamente a cultura escolar e o processo de implantação da escola, que percorreu os caminhos rurais para chegar até a cidade, que já apresentava no período do início da década de 1960 um patrimônio considerável de traços urbanos, como igrejas, comércios, associações, instituições públicas, expansão das residências, espaços de lazer, dentre outros.

O Grupo Escolar Tenente Aviador Antônio João materializou os novos espaços e os novos tempos escolares que se pretendiam instaurar, inaugurando a configuração de uma nova cultura escolar e urbana. O aspecto inédito desse marco residia justamente no pressuposto de que, pela primeira vez, havia sido construído em Caarapó um espaço próprio para os fins da educação escolar institucionalizada, graduada, urbana e pública.

Enfim, no compasso da escola, a jovem cidade Caarapó também foi pouco a pouco reinventada, ao passo que o próprio sentido da escola enquanto instituição social era construído e apropriado dentro e fora de suas paredes, na confluência da cultura urbana e escolar, da cultura urbana e rural pelos caminhos da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 5.692 de 11 de agosto de 1971.

CAARAPÓ. *Levantamento de Escolas Primárias Rurais do Município de Caarapó de 1970*, 1970. Arquivo do Museu Municipal de Caarapó.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 14, mai/jun/jul/ago, p.19-34, 2000.

JORNAL. O DOURADENSE. 15.ª Edição de 27 de junho de 1950. Dourados: 1948-1951. CDR – UFGD.

MATO GROSSO. *Decreto n.º879 de 22 de fevereiro de 1950*. Arquivo da Escola Estadual Tenente Aviador Antônio João.

_____. *Relação das Escolas – Delegacia Regional de Ensino de Dourados*, 1970. Arquivo da DRE/Dourados – CDR – UFGD.

_____. *Termo de Convênio para manutenção e administração do Ensino Primário*, 1970. Arquivo da DRE/Dourados – CDR – UFGD.

MARCILIO, Humberto. *História do ensino em Mato Grosso*. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MELO E SILVA, José de. *Fronteiras Guaranis*. São Paulo: Imprensa Metodista, 1939.

OLIVEIRA, Ramão Vargas de. *Conhecendo Caarapó: geo-história do município*. Campo Grande: FCMS, 1988.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE (MES) / INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (INEP). *Novos prédios para grupo escolar*. São Paulo: Secretaria da Educação e da Saúde Pública/Diretoria de Ensino, 1949.

PRIORI, Mary del Priori; VENÂNCIO, Renato. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: MARIN & VASCONCELOS (org.). *História, Região e Identidades*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003.

REIS, Rosinete Maria dos. A implantação dos grupos escolares em Mato Grosso. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.21, p. 44-51, mar. 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art05_21.pdf. Acessado em: 12 de outubro de 2009.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, Editora, 1970.

SOUSA, Rogério Luiz. As Escolas Paroquiais. *In:* DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaicos de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 155-173.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da Pátria: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976)*. Campinas:Mercado das letras 2009

Recebido: 10 de dezembro de 2015

Aprovado: 20 de fevereiro de 2016